

Origens e determinantes dos desequilíbrios no Rio Grande do Sul: uma análise a partir da Teoria Institucional de Douglass North

Marcelo Arend*

Doutorando em Economia pela UFRGS, Professor do Curso de Economia do Centro Universitário Franciscano (Unifra) de Santa Maria e Coordenador do Núcleo Econômico de Pesquisa e Extensão (NEPE-Unifra).

Silvio A. F. Cário

Doutor em Economia pela Unicamp e Professor de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Resumo

O Rio Grande do Sul apresentou, ao longo do século XX, uma trajetória de desenvolvimento capitalista particular em comparação a outros estados do País. Entretanto sua lógica interna de desenvolvimento regional deu-se com a ampliação de desigualdades econômicas, proporcionando ao Estado a consolidação de duas regiões, uma industrializada — Metade Norte — e outra não — Metade Sul. Acredita-se que a evolução das desigualdades regionais tem raízes históricas e, sobretudo, institucionais, podendo ser melhor compreendida pela Teoria Institucionalista de Douglass North.

Palavras-chave

Desenvolvimento industrial; Rio Grande do Sul; desequilíbrios regionais.

Abstract

The Rio Grande do Sul presented along the century XX a path of private capitalist development, in comparison with other States of the country. However, your internal logic of regional development felt with the amplification of economical

* E-mail: marceloarend@yahoo.com.br

inequalities, providing to the State the consolidation of two areas, an industrialized — North Half — and other not — South Half. It is believed that the evolution of the regional inequalities has roots historical, and above all institutional, could be better understood by Douglass North Theory Institutionalist.

Key words

Industrial development; Rio Grande do Sul; regional instability.

Classificação JEL: R11.

Artigo recebido em 27 set. 2004.

Introdução

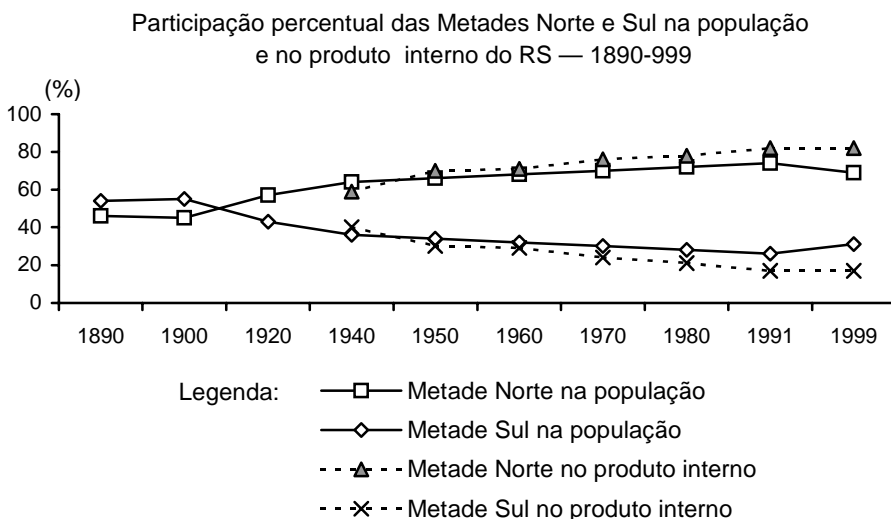
O Rio Grande do Sul, ao longo do século XX, desenvolveu uma estrutura industrial com certas particularidades, se analisada a evolução deste lado a lado com o desenvolvimento industrial do Brasil e de outras regiões da Nação. O destaque é dado à formação da indústria sul-rio-grandense, caracterizada pela sua peculiaridade de acumulação em relação ao resto do Brasil, dadas as dificuldades de intercâmbio com outras regiões, e pela construção de gêneros industriais tradicionais característicos do Estado. Também a inserção da indústria gaúcha no ambiente concorrencial (especialmente pós 1955) evidencia que muitas características se perpetuaram na matriz industrial regional, apesar do atrelamento ao padrão de acumulação nacional, corroborando um certo enraizamento (*embeddedness*) industrial regional particular e específico do RS.¹

¹ A distribuição industrial no Estado encontra-se organizada por pólos regionais, resultado do processo de colonização que se intensificou no século XIX. Como exemplo da distribuição da indústria regional, no Vale do Sinos predominou a indústria de couro e calçados, desenvolvida com a imigração alemã. Em Rio Grande e Pelotas, com influência portuguesa e espanhola, o setor de alimentação destacou-se nos frigoríficos e nas indústrias de conservas. A colonização italiana, que se instalou na Serra, trouxe indústrias de alimentação,

Além disso, essa trajetória de desenvolvimento industrial específica do RS foi resultante, fundamentalmente, de dois arranjos socioeconômicos, que, ao se instituírem de maneira distinta, possuíram, ao longo do tempo, desempenhos particulares, determinados, basicamente, pela forma como cada um se industrializou e se inseriu na dinâmica capitalista. Todavia o desenvolvimento de diferentes trajetórias particulares internas redundou em desequilíbrios econômicos no Estado do Rio Grande do Sul.

Para efeito de um melhor entendimento do problema de pesquisa, a visualização das desigualdades regionais que se deram ao longo do século XX se encontra no Gráfico 1.

Gráfico 1



FONTES: MONASTÉRIO, Leonardo M. **Capital Social e a Região Sul do Rio Grande do Sul**. Curitiba: UFPR, 2002. (Tese de doutorado).

principalmente produtoras de vinhos, além da produção metal-mecânica. Com a agricultura como base no processo de acumulação, a economia ganhou a contribuição dos imigrantes e desenvolveu-se de forma variada. Destaca-se, no Setor Primário, a criação de gado, de ovinos, de suínos e de frangos, bem como o plantio de soja, fumo e arroz.

De acordo com o Gráfico 1, o problema do desequilíbrio regional no RS evoluiu ao longo do século XX. Ao que parece, inverteram-se os papéis quanto à hegemonia e à dinâmica econômica regional. Nota-se a constante perda de dinamismo da Metade Sul *vis-à-vis* ao sucesso ascensional da Serra e do Planalto (Metade Norte).² Dessa forma, pode-se argumentar que essa característica — a dinâmica evolutiva do desequilíbrio regional gaúcho, que se confunde com o próprio processo de desenvolvimento industrial sul-rio-grandense — é um caso específico do RS.

Assim sendo, determinado local, antes dinâmico e dominante, pode, com o passar dos anos, estagnar e ceder espaço a outro que surge ao seu lado. De outra forma, pode, ao longo do tempo, um estado apresentar tal processo de desenvolvimento — uma alteração que faz com que determinadas “regiões” econômicas mudem de posição em relação à hegemonia e à dinâmica. Quais as origens e os determinantes que concorrem para isso ocorrer? Acredita-se que se faz necessário olhar o passado do Rio Grande do Sul para depois ir “de volta para o futuro”, para compreendê-lo. Ou seja, o objetivo do estudo é identificar **elementos originários** (históricos) do desequilíbrio regional.

Na busca por essas informações históricas, atesta-se que os importantes *insights* gerados pela teoria institucionalista não foram ainda explorados por economistas e historiadores econômicos sul-rio-grandenses. Busca-se introduzir esse enfoque na análise regional, identificando, a partir de fatores de larga duração, a assimetria de dinamismo econômico dos dois subsistemas regionais. Neste breve ensaio, considera-se que a Teoria Institucionalista de Douglass North

² Adotar-se-á a regionalização elaborada por Fonseca (1983). Segundo o autor, “(...) pode-se dividir o Estado entre ‘norte’ e ‘sul’ [ou Campanha], dadas às diferenças significativas entre ambos. Entretanto o ‘norte’ pode ser subdividido em duas zonas: a Serra e o Planalto”. Nessa regionalização, encontram-se as distintas regiões, com suas atividades econômicas características desde o século XIX. Como se adotará um referencial teórico evolucionista, que leva em conta os aspectos históricos, mostrando-se capaz de ser aplicado às diferenças regionais de desempenho econômico, a regionalização de Pedro C. D. Fonseca faz-se apropriada como método de abordagem para os desequilíbrios intrínsecos da economia gaúcha. Uma divisão semelhante é adotada por Alonso e Bandeira (1994), onde os autores definem Região Norte, Região Nordeste e Região Sul. Essa divisão regional é aplicada a uma análise de longa duração, o que também vem ao encontro dos problemas do presente estudo. Quando se faz referência à Metade Norte, entende-se a soma de participação regional da Serra e do Planalto (Fonseca, 1983), ou a soma da Região Norte e da Região Nordeste (Alonso; Bandeira, 1994). Por Metade Sul, faz-se referência à Região Sul (Alonso; Bandeira, 1994) ou Campanha (Fonseca, 1983). Em outros momentos, as duas metades também serão caracterizadas como subsistemas (colonial-imigrante, pecuário-charqueador, Campanha gaúcha), representando apenas sinônimos para as regionalizações acima, o que ficará mais claro no decorrer do estudo.

(evolucionista), por levar em consideração os aspectos históricos, as instituições específicas de cada região e a dinâmica econômica, pode contribuir para o melhor entendimento da dinâmica do desequilíbrio econômico, inerente à economia gaúcha. Assim, entende-se que as instituições (leis, cultura, ideologia, hábitos e regras de conduta e o Estado) e a dinâmica capitalista (ambiente concorrencial e tecnologia) podem determinar **trajetórias particulares de crescimento econômico**, ou seja, podem originar *path dependences*.³

Instituições e a definição dos direitos de propriedade na formação econômica do RS

Douglass North expõe, em sua obra, um marco analítico para explicar como as instituições e as mudanças institucionais afetam a economia. Segundo o autor, as instituições existem devido à incerteza que resulta da interação humana. North, a partir das idéias de Coase (1937), parte da premissa de que o mercado acarreta custos na economia e que a diminuição de tais custos decorre da existência de instituições. Assim, instituições reduzem incertezas, porque

³ Ao receber o Premio Nobel de Economia em 1993, Douglass North iniciou sua palestra afirmando que a "história econômica" aborda o desempenho das economias no transcurso dos anos. O objetivo das investigações nesse campo não é somente fazer que o passado econômico seja mais claro, mas também contribuir para a teoria econômica, ao proporcionar um marco analítico que permita entender-se a mudança econômica. Uma teoria da dinâmica econômica comparável à precisão da teoria geral do equilíbrio seria a ferramenta de análise ideal. Não existindo tal teoria, podem-se descrever as características de economias passadas, examinar o desempenho da economia em diferentes momentos e levar a cabo análises de estática comparada, mas faltaria um entendimento analítico da maneira como evoluem as economias. Uma **teoria da dinâmica econômica** é, assim, fundamental para o campo do desenvolvimento econômico. Para North, não é segredo o porquê de esse campo não ter logrado desenvolver-se durante as cinco décadas que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial. A teoria neoclássica é essencialmente uma ferramenta inadequada para analisar e prescrever políticas que induzam ao desenvolvimento. Preocupa-se com a operação dos mercados, mas não quanto a como estes se desenvolvem. Como pode prescrever políticas sem entender a maneira como se desenvolvem as economias? Os neoclássicos, ao construírem uma teoria com precisão matemática e elegância, modelaram um mundo sem fricções e de forma estática. Em análises do desempenho econômico ao longo dos anos, essa teoria incluiu dois supostos errôneos: (a) que as instituições não têm importância; e (b) que o tempo não importa (North, 1993).

proporcionam uma estrutura à vida diária⁴, constituindo um guia para a interação humana, e incluem todo tipo de limitação que os humanos criam para dar forma à interação humana. Por isso, atenção central é dada ao problema da colaboração humana.⁵

A tese de North (1993, p. 3) é que as instituições formam a estrutura de incentivos dos indivíduos que interagem na sociedade e que, por conseguinte, as instituições políticas e econômicas são os determinantes fundamentais do desempenho econômico a longo prazo. As eleições que os indivíduos fazem dependem de suas crenças, e estas são uma consequência do aprendizado cumulativo que se transmite, culturalmente, de geração a geração. O tempo é a dimensão em que o processo de aprendizagem dos seres humanos modela a evolução das instituições.⁶

Segundo Douglass North, o conceito-chave para se entender a prosperidade é o de instituições eficientes. Todavia um arranjo institucional de sucesso, consecutivamente, estará fundamentado em um sistema de direitos de propriedade bem definido. Para o autor, as instituições são essencialmente sistemas de incentivos em qualquer tipo de troca, e é justamente como sistemas de incentivos

⁴ Exemplos dessa estrutura de vida são apresentados por North: quando desejamos cumprimentar amigos, dirigir um automóvel, comprar laranjas, pedir dinheiro emprestado, estabelecer um negócio, enterrar nossos mortos, ou qualquer outra coisa, sabemos como fazer essas atividades. No entanto, observamos que as instituições diferem quando realizamos essas operações em locais diferentes (North, 1995, p.14).

⁵ É nesse sentido que Douglass North define instituição: "As instituições são as regras do jogo em uma sociedade, ou, mais formalmente, são as limitações idealizadas pelo homem que dão forma à interação humana. Elas estruturam incentivos na interação humana, seja político, social ou econômico" (North, 1995, p. 13). Mas de onde surgem as limitações informais? Rotinas, costumes, tradições e convenções são palavras que North usa para denotar a persistência de limitações informais. Segundo North, elas surgem de informação transmitida socialmente e são parte da herança que chamamos de cultura. Por cultura, North entende a transmissão de uma geração à seguinte, por ensino ou imitação, de conhecimentos, valores e outros fatores que influem na conduta. A forma pela qual a mente processa informação não somente é a base da existência de instituições, mas também o ponto-chave para entender como as limitações informais têm um papel importante na formação da escolha, tanto a curto prazo como na evolução a longo prazo da sociedade. A consequência, a longo prazo, do processamento cultural da informação, que está na base das limitações informais, é o que joga papel importante na forma incremental por meio da qual as instituições evoluem e, por conseguinte, são uma fonte de *path dependence* (North, 1995. p. 54-65).

⁶ No entanto, para Douglass North, nada garante que a estrutura institucional não se altere, nem que ela seja eficiente. Algumas economias podem criar instituições que estimulam o crescimento, sendo que outras criam instituições que provocam o estancamento. Assim, o processo histórico de uma sociedade só pode ser compreendido, pelo autor, através da análise de sua dinâmica institucional.

que as instituições se relacionam com os direitos de propriedade. Quanto mais bem definidos e mais garantidos forem os direitos de propriedade, mais eficientes serão as instituições como sistemas de incentivos ao desenvolvimento econômico.⁷ Entretanto, apesar de as características do direito e da propriedade se apoiarem em direitos e sanções regulamentadoras, constata-se que não é apenas isso, pois também decorrem amplamente do costume e da tradição. É na relação complexa e evolutiva da relação entre características legais formais e consuetudinárias (cultura) que o direito e a propriedade devem ser definidos.

Cabe perguntar-se: como se definiram os direitos de propriedade no estado sul-rio-grandense? Para alcançar tal resposta, necessita-se recorrer à formação histórica do Rio Grande do Sul. Nela se encontrarão os primeiros indícios da constituição dos dois subsistemas econômicos da região e os diferenciais sociais, econômicos, políticos e, sobretudo, culturais desses dois complexos, que, ao se instituírem, determinariam a evolução econômica do RS.

Em sua formação histórica, o estado sul-rio-grandense era o único território do Império do Brasil que rivalizava com a Argentina, o Uruguai e o Paraguai, tanto em termos políticos e militares como econômicos. Nesse sentido, sua formação distinguiu-se dos demais estados do País, em função de este ocupar um território fronteiriço, marcado por inúmeros conflitos entre as regiões ocupadas pelas colônias dos Impérios português e espanhol. Os conflitos deram-se, fundamentalmente, em detrimento das planícies e do gado, o que acarretou a tardia estruturação da sociedade gaúcha da fronteira — definiu-se somente ao longo do século XIX (Targa, 1996b).⁸

⁷ Para North, os direitos de propriedade são os direitos que os indivíduos se apropriam sobre seu próprio trabalho e sobre os bens e os serviços que possuem. A apropriação é uma função de normas legais, de organizações formais, de cumprimento obrigatório e de normas de conduta; ou seja, é o marco institucional (North, 1995).

⁸ A título de curiosidade, vale repassar o ciclo de guerras e os eventos mais significativos, e não poucos, do século XIX que afetaram, sobremaneira, o território gaúcho, compilados por Targa (1996b, p. 20): **1811-14**, José Artigas organiza a sublevação do Uruguai contra a Espanha, forças militares portuguesas e sul-rio-grandenses invadem a Banda Oriental; **1816**, Artigas organiza a resistência contra os portugueses; **1820**, Artigas é derrotado e refugia-se no Paraguai, onde Francia é ditador desde 1814; **1821**, tratado entre Rio de Janeiro e Buenos Aires, pelo qual o território do Uruguai passa a fazer parte do Reino Unido de Portugal, Algarves e Brasil com o nome de Província Cisplatina; **1822**, recomeça a resistência no Uruguai; **1828**, independência do Uruguai; **1830**, a Inglaterra, as Províncias Unidas do Prata (futura Argentina) e o Brasil reconhecem a existência da República Oriental do Uruguai; **1835**, início da ditadura de Rosas na Argentina; **1835-45**, os estancieiros do Rio Grande do Sul promovem uma guerra civil contra o Império (inicialmente federalista, depois separatista); **1848-51**, Guerra Grande, onde o Brasil intervém no Uruguai, apoiando caudilhos da oposição; vitória brasileira; **1851-52**, o Brasil faz guerra à Argentina; **1864-70**, guerra do Brasil e, depois, do Uruguai e da Argentina contra o Paraguai de Solano Lopes.

Inicialmente, em função do não-cercamento dos campos, o gado que se reproduzia livremente no Pampa induziu à formação de bandos armados — preadores de gado — para sua disputa. Esses bandos, organizados, se “afazendavam” na região meridional, sendo essa a origem da ocupação privada do território e, basicamente, a procedência das primeiras estâncias gaúchas. A Coroa portuguesa, conhecedora dessa disputa local, e motivada pela manutenção e pela expansão de seus territórios, estabeleceu fortes (quartéis) na região sul-rio-grandense e distribuiu títulos de propriedade aos preadores de gado, legalizando as denominadas estâncias. Dessa forma, o clima recorrente de guerra fez com que a defesa das fronteiras contasse com os estancieiros, que eram líderes militares locais, e com os peões, que acumulavam a atividade de soldados. Décio Freitas denomina-os “empresários-guerreiros”, apontando que o RS foi “(...) a única porção do território brasileiro conquistada pelos próprios moradores, através de guerras contra uma potência européia”. Os proprietários de terras caracterizavam-se por serem “empresários-guerreiros”, porque, para adquirirem os títulos da Coroa portuguesa, que legitimavam a propriedade, tinham, muitas vezes, que passar por guerras contra os castelhanos. Desse ofício, resultou a formação dos latifúndios pecuários presentes até hoje no RS, característicos da Metade Sul do Estado. Assim, no início do século XIX, pode-se dizer que o Rio Grande do Sul era o Pampa, e, até meados desse mesmo século, a demografia regional, econômica e socialmente, era simplesmente essa região (Cardoso, 1977; Targa, 1996b; Monastério, 2002; Herrlein Jr., 2000).

Nesses termos, na época, ocorreu um grande aumento populacional em terras sul-rio-grandenses. Intensificavam-se os pedidos e as concessões de sesmarias para a formação de estâncias, processando-se a apropriação das terras e definindo-se legalmente a propriedade privada. Os maiores beneficiados eram os tropeiros — que, em determinado momento, pressentiram ser a criação de gado mais lucrativa do que a simples apropriação — e os militares, que davam baixa e recebiam terras como gratificação por serviços prestados. As sesmarias eram terras devolutas, medindo três léguas, o equivalente a 1.080 hectares. No entanto, havia estâncias com 30 léguas. A primeira concessão foi feita em 1732, e, **por volta de 1803, a Campanha gaúcha já estava totalmente repartida entre aproximadamente 500 grandes proprietários.** Acrescenta-se a isso a forma não democrática de distribuição das sesmarias. Quem não possuísse propriedade, de acordo com a legislação portuguesa, não poderia receber sesmaria. Dessa forma, os pobres não tinham a possibilidade de receber direitos de propriedade, corroborando o predomínio do latifúndio e as fortes barreiras para o acesso à terra. Com isso, a posse de uma sesmaria constituía um poder econômico, social e político. Em torno do grande proprietário, reuniam-

-se os que trabalhavam sob suas ordens, os que necessitavam de sua proteção, até mesmo os que tinham medo de sua força (Roche, 1969; Urbim, 2003; Monastério, 2002).

Raymundo Faoro (apud Araújo; Fischer, 1998) interpreta que esses “líderes” sul-rio-grandenses seriam caracterizados pelo sultanismo, estilo de dominação que, segundo Max Weber, se move com a desenvoltura da tradição. Segundo Faoro, remetendo a análise aos tempos das guerras platinas de independência e das guerras de fronteira dos tempos coloniais,

“Do sultanismo derivamos, na história de nossa formação social, para uma sociedade de homens interessados no poder e no mando, presos e guiados pelo impulso do poder (...). No Rio Grande do Sul, até o ponto onde se permite haja um tipo regional de cultura, não se pode fugir a um traço permanente de sua orientação histórica que rompe todas as estratificações para impor-se: é o ascendente senhorial” (Araújo; Fischer, 1998, p. 50).⁹

Dadas essas considerações, acrescenta-se que a região praticava o escravismo. Todavia o trabalho escravo não era dominante nas lides de apoio à atividade produtiva da estância, pois era pouco importante um número grande de empregados necessários ao funcionamento da mesma. O trabalho de pastoreio do rebanho na estância era realizado por índios, mestiços de índios com bran-

⁹ Cardoso (1977) explana sobre a “camada senhorial” sul-rio-grandense no início do século XIX: “Na verdade, a sociedade rio-grandense não só se organizou nos moldes de uma estrutura patrimonialista, como às posições assimétricas da estrutura social correspondiam formas de comportamento reguladas por rígidas expectativas de dominação e subordinação (...). O padrão de equilíbrio estrutural da sociedade gaúcha mantinha-se, durante o século XVIII e início do século XIX, através de formas autocráticas de dominação (...) parece que a violência e a arbitrariedade se inseriram de tal forma no sistema de relações sociais que se justificaria falar na perversão do sistema autocrático de mando no Rio Grande do Sul. O apelo ao arbítrio e à força bruta a tal ponto esteve presente no sistema de dominação existente no sul que a violência e a falta de respeito às normas formalmente estabelecidas contavam como componentes de fundamental importância para a manutenção do sistema de controle social e para a motivação dos ajustamentos às condições normais de vida” (Cardoso, 1977, p. 84-85). Acrescenta-se a isso a visão de Monastério, que aplica o enfoque do Capital Social para a região (à la Putnam). Monastério (2002) caracteriza essa sociedade como “não cívica”. Para isso, o autor remete à seguinte passagem: “(...) os abusos atingiram o cúmulo, ou melhor, tudo era abuso. Os diversos poderes confundiam-se, e tudo era decidido pelo dinheiro e pelos favores. O clero era a vergonha da Igreja Católica. A magistratura, sem probidade e honra (...), os empregos multiplicavam-se ao infinito, as rendas do Estado eram dissipadas pelos empregados e afilhados, as tropas não recebiam seus soldos, os impostos eram ridiculamente repartidos, todos os empregados desperdiçavam os bens públicos; o despotismo dos subalternos chegou ao cúmulo, em tudo o arbítrio e a franqueza andando ao par da violência” (Saint-Hilaire, apud Monastério, 2002).

cos, por indivíduos pobres e por escravos. Os trabalhadores não escravos eram populações excluídas: vagabundos e salteadores. O setor fundamentalmente escravista no RS era o da fabricação de charque — era onde se acumulava a riqueza da região¹⁰ (Targa, 1996c).

Assim sendo, os direitos de propriedade da região da Campanha desenvolver-se-iam de forma eficiente e promoveriam um desenvolvimento econômico por um longo período de tempo? Pelo analisado até agora, a Metade Sul do RS foi constituída em um ambiente de guerra recorrente. Esse ambiente, reflexo de uma instabilidade política entre dois impérios, muitas vezes ameaçava a garantia dos direitos de propriedade da região. Sendo as guerras comuns (rotineiras), o esperado era que se gerassem expectativas negativas sobre a posse do território, ou seja, poderia haver dúvidas sobre o domínio futuro dos direitos de propriedade. Ocorrendo essa incerteza a respeito do futuro, os agentes locais tinham menos incentivos para poupar, investir e iniciar novos negócios. Do mesmo modo, muitos capitais externos poderiam não enxergar incentivos para investir em tal ambiente institucional, adicionando-se a constatação do baixo intercâmbio entre agentes, a propriedade concentrada da terra, a escravidão, a rigidez social e o vazio demográfico.

Além disso, aqueles estancieiros já inseridos no meio poderiam estar mais certos de que seus direitos de propriedade seriam garantidos em relação a agentes vindos de fora. Monastério ressalta — e este é o ponto — que estes últimos estariam mais propensos a serem expropriados do seu gado ou mesmo de sua terra, dada a ausência de uma estrutura institucional que protegesse os direitos de propriedade no período (Monastério, 2002).

Ao mesmo tempo, constata-se que, nessa região, a aristocracia local, em moldes veblenianos¹¹, desenvolveu um sistema impositivo, que promovia os monopólios (pecuária e charque). Os requisitos de mão-de-obra eram mínimos,

¹⁰ Era o setor que ocupava posição-chave na estrutura produtiva, pois, através do setor charqueador, o gado das estâncias transformava-se num produto que chegava aos mercados consumidores; "(...) a atividade criatória para abate só produzia mercadoria porque esse setor charqueador existia" (Targa, 1996c). Era, portanto, o setor econômico regional onde a riqueza se acumulava. A criação de gado dava-se em latifúndios (estâncias), e, em torno da Cidade de Pelotas, encontravam-se as charqueadas, cuja exportação era feita através do porto de Rio Grande. A produção regional concentrou-se em Pelotas por motivo de benefícios locacionais. Dessa cidade até o porto de Rio Grande, chegava-se em poucas horas, ao passo que charqueadas no interior do Estado podiam levar até um mês para alcançar o porto.

¹¹ A historiografia, por várias vezes, identifica a classe dominante regional como uma aristocracia rural, com costumes opulentos e consumo pecuniário, ou seja, uma classe ociosa segundo termos veblenianos.

dada a exploração da pecuária de maneira extensiva; as estimativas indicavam que eram suficientes seis homens para pastorear 5.000 reses (Cardoso, 1977). Assim, era pouco freqüente o contato rotineiro, dado que a estância praticamente se abastecia. Ocorria, constantemente, em função da lonjura entre as sesmarias, a dificuldade de trocas entre esses habitantes.

Ao passo que a Coroa portuguesa foi determinante para a formação da Campanha, distribuindo direitos de propriedade para seu povoamento e fazendo resultar, no dizer de Cardoso (1977), uma estrutura social de castas (casta dos escravos e casta dos senhores); na Metade Norte do Estado, seu papel foi outro.

Passado um quarto do século XIX, partiu do Império um projeto de colonização da área inabitada do RS. Para o Trono, a função desse projeto era criar um apoio político alternativo ao da grande propriedade.¹² Assim sendo, o Império tinha objetivos particulares, como impedir a concentração de propriedade, gerar a exploração efetiva das áreas concedidas e garantir a ocupação efetiva do lote pelo colono e sua família. Outra característica interessante da política imperial de colonização foi a proibição do emprego de escravos. Pela Lei Geral

¹² Se, no período colonial, a sociedade da Campanha esteve aliada aos interesses da Coroa portuguesa, na ocasião do Império ela se organizaria em defesa de seus próprios interesses, muitas vezes até contrários aos do País. A necessidade de assegurar uma autonomia de ação aos que estavam empenhados na conquista e na ocupação de terras, se, de um lado, interessava à Coroa Portuguesa pelo processo lusitano implícito, de outro, preocupava pelo fortalecimento de um poder privado nem sempre disposto a se submeter a ordens vindas do Governo Central. Os “senhores guerreiros”, dependendo da conjuntura, preocupavam-se mais com seus interesses privados do que com os interesses geopolíticos da Coroa (Piccolo, 1998b, p. 274). O exemplo evidente foi a Revolução Farroupilha (1835-45). Os Farrapos viam na centralização política a causa da subordinação econômica. No plano econômico, segundo Cardoso (1977, p. 70), a concorrência dos saladeiros do rio da Prata era intensa, e a produção platina possuía condições favoráveis para vencer a competição. Dentre tantos fatores apontados por Cardoso, a desvantagem das charqueadas gaúchas em relação aos saladeiros platinos residia principalmente no fato de estes últimos se assentarem em um modo de produção capitalista, empregando trabalho assalariado. Mostrando baixa competitividade, os charqueadores valeram-se da arena política, onde tentavam enfrentar a concorrência via Imposto de Importação. Todavia essa “solução” encontrada através de uma política protecionista ao charque nacional representava uma elevação dos custos do ponto de vista dos cafeicultores. Dessa forma, além de enfrentarem a concorrência platina, os charqueadores do RS enfrentavam a política liberal do Governo Central. Assim, deparava-se a economia escravista charqueadora com os problemas em nível de exploração do trabalho, poder econômico de seus concorrentes platinos e por não conseguirem impor às outras classes regionais os privilégios de reserva do mercado brasileiro que pleiteavam para seu produto. Apresentava a classe dominante gaúcha (criadores e charqueadores) uma “fraqueza relativa” em relação à classe dos grandes proprietários de terra e de escravos do Brasil (Targa, 1996b).

nº 514, de 1848, a introdução e o emprego dos escravos nas colônias eram proibidos (Roche, 1969, p. 101).¹³

Nesses termos, foi a partir de 1824 que o Governo Imperial distribuiu uma área de 77 hectares por família alemã, além de cavalos, vacas, bois, etc. Posteriormente, já na década de 70 do século XIX, o Império implantou um grande plano de colonização destinada para imigrantes italianos. Assim, criaram-se as bases da pequena propriedade rural no RS, e as famílias de imigrantes, recebendo terras do Governo Imperial, puderam explorá-las de modo independente, dedicando-se, preferencialmente, à policultura.

Segundo Jean Roche, inicialmente, não houve nenhuma “peia feudal” que retardasse o desenvolvimento de uma nova sociedade rural nesse território. Da mesma maneira, no interior dos estabelecimentos germânicos, não houve espírito de casta. As dificuldades da instalação e o processo da adaptação eram os mesmos para todos os imigrantes, fossem eles de origem urbana ou rural, aristocrata, burguesa ou popular, uma vez que todos deviam aprender o ofício de pioneiro. A necessidade de sobreviver, a pobreza da maior parte dos imigrantes e a enormidade das tarefas a cumprir apagavam as antigas distâncias sociais, desenvolvendo-se a solidariedade entre todos os colonos, pelo menos no início de sua instalação numa zona de mata virgem (Roche, 1969, p. 572-73).

Dessa forma, qual é a análise que se pode fazer da definição dos direitos de propriedade do complexo colonial-imigrante? Nesse local, em função do ambiente de elevada permuta e de dependência recíproca entre os agentes, mais complexos em comparação com a sociedade mais ao sul, pode-se inferir que essa coletividade podia reduzir os custos do intercâmbio, diminuindo a incerteza e garantindo direitos de propriedade especificados de forma mais perfeita e completa.

O sistema de pequena propriedade e de trabalho livre trouxe a reboque o comércio local, as técnicas européias capitalistas e a coesão social, no qual os agentes dispunham de elevado conhecimento mútuo, pois estavam envolvidos em repetidas trocas. Assim, principalmente no que diz respeito ao elemento “trabalho”, tinha a outra “metade” do Estado certa dosagem de mão-de-obra especializada.

¹³ Com isso, uma sociedade de pequenos proprietários europeus, então, foi criada na área não interessada à pecuária, caracterizada pela presença de florestas, montanhas e índios. Dessa forma, a pequena e a grande propriedade, no RS, não disputaram o mesmo solo, nem mesmo se avizinham. A colonização teve êxito nas áreas onde a grande classe dominante se mostrava ausente. Também, somente no RS, no século XIX, a experiência de criação de uma área de pequenas propriedades concretizou-se plenamente e com sucesso, através da fundação de São Leopoldo (Targa, 1996b).

Dessa maneira, estruturou-se outra classe social no RS, com uma nova mentalidade. Os imigrantes trouxeram novos valores, costumes e hábitos, ou seja, outra cultura.¹⁴ Essa cultura estaria, fundamentalmente, mais ligada ao “espírito do capitalismo” (à *la* Weber), situação até então estranha para a realidade gaúcha. Pode-se dizer que, com a vinda de imigrantes europeus, especialmente alemães, o protestantismo justificou a riqueza, instituiu a poupança e induziu uma nova disciplina social, caracterizada por uma população trabalhadora. Esses fatores culturais viriam a legitimar o capitalismo na região e, por conseguinte, a acumulação de capital, dadas a maior especialização da oferta de trabalho e a melhor qualidade dos fatores de produção. Nessas condições, os custos de transação encontravam-se muito reduzidos, desenvolvendo-se direitos de propriedade eficientes e propícios a atividades produtivas, tanto para a agricultura como para a indústria e o comércio.¹⁵

Fator importante foi que se estabeleceu uma nova espécie de *modus vivendi* no RS, pois muitos imigrantes não se adaptavam à agricultura e desejavam viver exercendo a profissão que aprenderam na Europa. Nessa dinâmica, abriram-se lojas, e afloraram estabelecimentos de diversas oficinas de artesãos com os vários corpos de profissão trazidos pelos imigrantes.¹⁶ Essa atividade, no início, artesanal permitiu, mais tarde, que surgissem oficinas e ateliês de ótima qualidade técnica. No que se refere ao mercado, a agricultura comercial especializada foi capaz de gerar uma capacidade aquisitiva e de capitalização.

¹⁴ Para North (1993), o aprendizado coletivo consta das experiências que este tem atravessado pela lenta prova do tempo e está incorporado em nossa linguagem, em nossas instituições, na tecnologia e nas formas de fazer as coisas. Assim, “(...) a aprendizagem é a transmissão no tempo de nosso acervo acumulado de conhecimentos”. É a cultura que tem a chave para a explicação da “dependência da trajetória” (*path dependence*), termo utilizado para descrever a poderosa influência do passado sobre o presente e o futuro. O conhecimento atual de qualquer geração se dá dentro do contexto das percepções derivadas do aprendizado coletivo. A aprendizagem é, então, um processo que vai aumentando e é filtrada pela cultura de uma sociedade que determina os retornos percebidos.

¹⁵ Pode-se fazer uma aproximação, de acordo com North (1995), que, nesse local, os arranjos institucionais e os novos direitos de propriedade criaram incentivos que canalizaram o esforço econômico dos indivíduos em direção a atividades em que a taxa de retorno privado e a taxa de retorno coletivo se aproximavam.

¹⁶ Para Roche (1969, p.158), além da imigração de origem rural, a imigração de origem urbana reuniu artesãos e burgueses desejosos de deixar a Alemanha por motivos econômicos ou políticos. Segundo o autor, o malogro dos movimentos liberais de 1848 e o advento do nacional-socialismo em 1933, por exemplo, expulsaram da Alemanha sujeitos de apreciável valor para o RS. Eram antigos cidadãos que possuíam técnicas mais avançadas, além de terem outra cultura e um espírito de iniciativa mais vivo.

Também o artesanato, manipulando matéria-prima local, supriu, satisfatoriamente, as necessidades da comunidade.

Dessa forma, os detentores do poder no Brasil (primeiramente a Coroa e depois o Império) definiram, em grande parte, os direitos de propriedade para o estado sul-rio-grandense, movidos por seus interesses e de acordo com seus próprios critérios. Primeiramente, criou-se uma sociedade para rivalizar com os países platinos, e essa sociedade somente aceitou tal condição pelo oportunismo, recebendo estâncias e tornando-se a elite regional. Constituiu-se uma sociedade patrimonialista, senhorial, estamentária e autoritária.¹⁷ A outra sociedade foi criada para um contrapeso à anterior, diferenciando-se, sobretudo, pela pequena propriedade e pela “imigração espontânea”. Como bem diz Targa (1996c), os imigrantes foram encarregados de **criar uma nova sociedade**, totalmente à parte da sociedade escravista e onde o trabalho escravo era legalmente interdito.¹⁸

A estrutura da propriedade no Rio Grande do Sul deu origem a uma estrutura social e produtiva, onde conviviam grandes latifundiários pecuaristas, charqueadores e pequenos agricultores. O que estes tinham em comum, como se verá, era a orientação para o mercado interno brasileiro, mas o que os diferenciava eram as formas de acesso à propriedade e as diferentes formas de trabalho.

Sabendo que os direitos de propriedade não são regidos somente por direitos e sanções regulamentadoras, mas também por hábitos, costumes e valores, ou seja, pelo direito consuetudinário (pela cultura), percebe-se que são estes últimos que garantem o bom evoluir institucional e, por conseguinte, econômico de

¹⁷ Para Douglass North, o subdesenvolvimento consiste, antes de tudo, num ambiente social em que a **cooperação humana** inibe a inovação, apóia-se em vínculos hierárquicos localizados e bloqueia a ampliação do círculo de relações sociais em que se movem as pessoas. É exatamente por isso que North vê que o desenvolvimento não reside em dons naturais, na acumulação de riquezas, nem mesmo nas capacidades humanas, mas nas instituições, ou seja, nas formas de coordenar a ação dos indivíduos e dos grupos sociais. Nações onde o valor do conhecimento se transmitiu ao conjunto da sociedade formaram culturas de valorização do trabalho e da inovação, ao contrário daquelas de tradição escravista, que se apoiaram francamente na separação entre trabalho e conhecimento (Abramovay, 2001).

¹⁸ Constata-se, desde já, a peculiar estrutura fundiária do RS em relação ao resto do Brasil, que se formou durante o século XIX e permanece até hoje no estado gaúcho. Para Targa, “(...) nenhum outro estado do Brasil possui sua área rural estruturada dessa forma: de um lado, uma região de grandes propriedades (região pecuária), de outro, uma região de pequenas propriedades (primitivamente região de policultura-pecuária)” (Targa, 1996b, p. 27).

determinada região.¹⁹ Foi dessa forma que cada subsistema, no Rio Grande do Sul, definiu seus direitos de propriedade, ou seja, surgiram as sementes institucionais que estariam por trás do desenvolvimento econômico de cada região, a qual decidiria sua evolução no século XX. Ao definir-se a estrutura de propriedade sobre o que era produzido, estava condicionada, desde o início, a *performance* dos subsistemas regionais.

Mudança institucional na República Velha

A ocasião da República Velha no Rio Grande do Sul revelou-se muito importante para a história socioeconômica regional, pois foi justamente nesse período que a economia, a política e a sociedade gaúchas sofreram grande transformação. Essa etapa pela qual passou o Estado é fundamental para a compreensão da evolução industrial do RS, como também para a disparidade econômica regional, pois é nessa época que os distintos arranjos econômicos do RS corroboraram suas especificidades e expandiram suas relações capitalistas.²⁰

No período, o Rio Grande do Sul foi palco de uma guerra civil. Targa (1998), baseado em um conto de Alcides Maia²¹, retrata a Revolução Federalista de 1893²² como um conflito entre dois projetos para o futuro da sociedade gaúcha:

¹⁹ A questão-chave, já enunciada, é que o tipo de aprendizado que os indivíduos em uma sociedade adquiriram ao longo do tempo condiciona o desenvolvimento. E, como a natureza do processo de aprendizagem é local, o desenvolvimento econômico é particular e diferenciado. O tempo, nesse contexto, implica não somente experiências e aprendizado atual, mas também a experiência acumulada de gerações passadas que está enraizada (*embedded*) na cultura.

²⁰ Acredita-se que ocorreu uma mudança institucional no RS durante a República Velha, manifesta pelo deslocamento do poder da antiga classe dominante. Como se verá, essa mudança foi capaz de provocar uma alteração nas bases produtivas regionais. O projeto do Estado positivista visando à diversificação produtiva e à ampliação do mercado interno distinguiu a economia gaúcha do período anterior (Império) e também das demais regiões do País.

²¹ O conto intitula-se *Inimigos*, constante no livro *Tapejara* (cenários gaúchos), cuja primeira edição foi publicada no Rio de Janeiro, pela Livraria Garnier, em 1911.

²² Essa guerra civil, iniciada em fevereiro de 1893 e que durou, pelo menos, 31 meses, caracterizou-se pela enormidade das crueldades praticadas por ambos os lados — assassinatos, degolas e estupros —, tendo liquidado entre 10.000 e 12.000 do milhão de habitantes do RS à época, 1,2% da população sul-rio-grandense. Segundo Targa (1996d), para que se tenha um parâmetro comparativo, basta indicar que o período clássico do grande terror da Revolução Francesa levou à morte 17 mil pessoas de uma população estimada em 26 milhões, 0,6% dos franceses.

“(…) um de permanência do mundo tal como estava e era e um outro de transformação social”. A guerra seria entendida, então, como um sangrento rito de passagem da sociedade tradicional para a moderna.

O ponto central da divergência entre republicanos e federalistas estava nos projetos econômicos que os dois partidos pregavam para o Rio Grande do Sul. Os projetos de ambos apresentavam soluções opostas para a crise geral da economia “pecuária-exportadora”. Os pecuaristas, liberais e conservadores, estavam fundamentados na teoria das **vantagens comparativas** e, portanto, defendiam um projeto de especialização para a pecuária. “Reivindicavam estradas, portos e a taxaço do produto similar platino, ou seja, o eterno protecionismo ao charque gaúcho.” A visão dos republicanos era oposta, pois eles interpretavam a crise da economia regional como resultado da própria economia “pecuária-charqueadora”, cuja expansão dependia do comportamento dos mercados externos. Nesses termos, os republicanos queriam livrar a economia regional da instabilidade gerada pela dependência das exportações de uns poucos produtos pecuários. Isso seria conseguido tanto pela autonomia no abastecimento do mercado interno quanto pelo fomento da diversificação das exportações (Targa; Silva, 2000).²³

O novo grupo no poder era, inicialmente, composto por jovens republicanos e profissionais liberais, cujas fortunas se enraizavam na pecuária. Apesar de muitos serem estancieiros, não eram membros da elite econômica e nem da oligarquia política regional, pois eram provenientes da região noroeste do Estado, de ocupação mais recente e mais pobre que a Campanha. Desde o início, encontraram apoio no Exército Nacional e, nos primeiros anos da República, forjaram uma institucionalidade própria para a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul (1891), na forma de uma ditadura republicana (Herrlein Jr., 2000).²⁴

²³ Segundo Fonseca (1983, p. 72), exportar, para os republicanos, significava apenas vender ao exterior o que a economia interna não absorveu. Nas palavras do autor: “(…) exportar-se o excesso, depois de abastecido o mercado local, que deve produzir tanto quanto for possível para satisfazer suas necessidades”.

²⁴ Assim, com o começo da República Velha, o setor dominante na sociedade gaúcha perdeu o controle da instituição política regional — os grandes fazendeiros da Campanha depararam-se com a desestruturação de seu domínio político. Durante a Primeira República, foi o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) que conduziu o estado gaúcho. O PRR, partido de um grupo minoritário da classe dominante, centralizou sua atuação na busca de novos adeptos. Buscou contemplar os interesses dos segmentos médios urbanos em ascensão para exercer seu poder, ampliando sua base social de apoio político, cooptando para seus quadros setores egressos do complexo colonial-urbano. Para isso, estimulou a imigração e a diversificação agrícola, dotando a Região Norte do Estado de uma infraestrutura de melhor qualidade. Nessa atitude, o PRR legitimou-se (Targa, 1996a).

Assinala-se que, durante a República Velha (1889-30) no RS, período em que ocorreu a transição capitalista no Estado, já se constatava “(...) um processo de transformação econômica, manifesto pela ascensão gradativa do norte do Estado com relação à zona sul (Campanha)” (Fonseca, 1983). A situação da Campanha foi definida por Fonseca (1983) como “hegemônica, mas decadente”, pois ela vinha enfrentando perda relativa, em termos econômicos, para o norte do Estado. Dava-se início a uma descaracterização do Rio Grande do Sul do Império, fundado apenas na atividade pecuária.

Para Herrlein Jr. (2000, p. 49), a nova “qualidade” da economia gaúcha revela-se pela capacidade adquirida de ampliar e diversificar sua estrutura e oferta, a partir do desenvolvimento comercial e industrial da agropecuária colonial. Como a economia do RS era basicamente agroexportadora, voltada para o mercado interno brasileiro, um bom indício da evolução dos dois “subsistemas” econômicos era a sua participação nas exportações estaduais.

Tabela 1

Participação percentual dos principais produtos no valor total das exportações do Rio Grande do Sul — 1878-88, 1889-900 e 1919-29

PRODUTOS	1878-88	1889-900	1919-29
Produtos típicos da Campanha	62,2	46,5	37,2
Charque	30,3	25,9	19,1
Couros	30,5	18,7	10,1
Lã	1,4	1,9	4,2
Carnes frigorificadas	-	-	3,8
Produtos típicos da Serra	8,8	31,0	31,6
Banha	1,8	11,3	15,6
Farinha de mandioca	3,2	7,3	2,2
Feijão	0,2	7,6	3,8
Fumo	1,9	2,9	4,3
Batata-inglesa, erva-mate, cebolas e alhos	1,7	1,8	3,4
Vinho	0,1	0,1	2,5
Arroz	-	-	10,1
Subtotal	71,0	77,6	78,9
TOTAL DO RS	100,0	100,0	100,0

FONTE: HERRLEIN JÚNIOR, Ronaldo. **Rio Grande do Sul, 1889-1930: um outro capitalismo no Brasil meridional**. Campinas: IE/UNICAMP, 2000 (Tese de doutorado).

Notam-se claramente os ganhos de participação nas exportações de produtos de caráter colonial, em relação aos produtos característicos da economia pecuária.²⁵ As transformações econômicas ocorridas no RS, durante a República Velha, em especial na Metade Norte do Estado, estabeleceram, na região, uma diversificada economia de mercado interno.²⁶

O mercado das zonas de colonização alemã e italiana apresentou-se mais eficaz, no sentido da industrialização, devido a que essas colônias encontravam no próprio mercado estadual e em outros mercados regionais do Brasil um escoadouro para sua produção diversificada, que logo também começou a ser beneficiada. Isso proporcionou para o subsistema colonial-imigrante a propagação do capitalismo e da produção mercantil, espalhando para a Capital, Porto Alegre, um estímulo industrializante, devido à atividade comercial que ali acumulava capital. O subsistema da pecuária, que tinha grande parte da concentração da indústria nessa época, também apresentou crescimento. No entanto, as indústrias do sul do Estado não apresentavam a mesma dinâmica, pois os novos estabelecimentos que ali surgiram (exceto os ligados à transformação pecuária) não eram oriundos de atividades características do local, mas, sim, investimentos realizados por imigrantes que visavam aproveitar as “economias” do porto de Rio Grande, em função da exportação para outros mercados do Brasil.²⁷

²⁵ Apesar de tudo, foi o charque o primeiro artigo em valor das exportações durante a República Velha (em 1927, correspondia a 17,7%). Mas a principal constatação é a de que, embora os produtos típicos da Campanha fossem de maior peso na pauta de exportações do RS, a presença destes era declinante.

²⁶ Além disso, todos os produtos da agropecuária colonial, com exceção da banha a partir de 1919, possuíam, no mercado interno da região, sua mais importante parcela de vendas. Também o subsistema econômico do norte do Estado garantia o abastecimento de seus produtos não apenas na zona colonial e em suas cidades, mas também na zona sul do Estado, através da conexão dos ramais ferroviários, ampliando o mercado regional. Além disso, ressalta-se que a zona colonial fazia o processamento industrial de muitas matérias-primas produzidas na zona da pecuária. Assim, a indústria gaúcha, que surgiu no final do século XIX com a implantação de algumas fábricas metalúrgicas e têxteis, combinou-se à evolução fabril de muitas manufaturas e agroindústrias, nas quais se inverteram frações importantes de capitais comerciais acumulados (Herrlein Jr., 2000, p. 42). É dessa forma que a acumulação de capital, que gradativamente se transformava em capital industrial, encontrou, na dinâmica do subsistema colonial-imigrante, suas precondições necessárias, muito mais que no subsistema da pecuária.

²⁷ O parque industrial desse subsistema detinha forte presença de elementos de origem imigrante, particularmente burgueses imigrantes. “Veja-se o caso de Pelotas: em 1864, Friedrich Lang, possuindo experiência técnica no ramo, fundou uma empresa para fabricar velas e sabões; em 1880, Carlos Ritter, comerciante, estabeleceu-se com uma cervejaria. Em Rio Grande, o comerciante Carlos Guilherme Rheingantz fundou, em 1873, a primeira fábrica de tecidos do Rio Grande do Sul; em 1891, Gustavo Poock, filho de um

Cabe analisar, portanto, as ideologias, ou o sistema de idéias, presentes no RS, no período. Para North, a ideologia exerce uma grande influência na constituição das regras formais de uma sociedade, pois penetra na tomada de decisão dos agentes políticos. Dessa forma, as ideologias, além de estarem na base da formação das regras informais, definem sobremaneira as regras formais, exercendo, então, um papel fundamental no desempenho das distintas economias. Descrever o papel da ideologia também é imprescindível para compreender como as diferentes percepções (subjetivas) da realidade afetam a reação dos indivíduos a mudanças de situação. North considera que a ideologia ajuda a esclarecer vários aspectos relativos à observação das regras do jogo.

No Império, a classe dominante local, pecuarista e charqueadora, dispunha do aparelhamento estatal e exercia seu esquema de dominação política regionalmente. Politicamente, integravam a rede “coronelistas” do Partido Liberal. Essa oligarquia regional fazia política em favor de seus interesses; sua dominação era de tipo patrimonial. A imposição da Constituição de 14 de julho de 1891, obra de Júlio de Castilhos, encontrou uma resistência natural, por parte da elite gaúcha, por causa da sua tradição liberal no RS. O poder local, representado por grandes proprietários, não aceitou passivamente a sujeição a uma organização que, ideologicamente, se contrapunha ao liberalismo teoricamente sempre defendido. Liberalismo era sinônimo de defesa dos direitos e garantias individuais, o que não era fundamental para a filosofia positivista (Piccolo, 1998a).

Esse partido, que dominou o RS durante todo o Império, assistiu, na Proclamação da República, à desestruturação de seu domínio político. Fundaram, então, o Partido Federalista, onde, na República, continuaram a pregar sua ideologia, de especialização regional, fundamentada na teoria das vantagens comparativas — **vantagens somente para o boi**. No período de transição capitalista, portanto, desejavam manter a sociedade e a economia regional inalteradas.

Piccolo (1998b) retrata bem o federalismo como projeto político da elite no Rio Grande do Sul. A ideologia federalista, para a autora, tem origem na própria situação fronteiriça do Estado, pois, na região platina, o federalismo esteve associado ao artiguismo, o projeto político mais importante da região

fabricante de charutos na Alemanha, fundou uma fábrica desse tipo, e, no mesmo ano, o comerciante Albino Cunha formou a Moinhos Rio-Grandenses para a fabricação de farinha de trigo.” (Pesavento, 1985, p. 36).

platina no início do século XIX.²⁸ Entretanto os sul-rio-grandenses proprietários de terras e de escravos, que atuavam no espaço fronteiriço e se identificavam com práticas federalistas defendidas por Artigas, não aceitavam o seu reformismo social. No Rio Grande do Sul, o ideário federalista somente era usado para contrapor-se à centralização política vigente no Brasil, pois a elite, muitas vezes, não encontrava respaldo em suas reivindicações junto ao Governo Central. Não sendo atendidas tais reivindicações, a elite gaúcha apontava para o separatismo, em nome de princípios autonomistas (federalistas), como no episódio da Guerra dos Farrapos. Se a classe dominante regional, com essa prática discursiva, conseguia se ver atendida, o “seu” autonomismo recolhia-se, mas ficava em estado latente, prestes a ressurgir.

Assim, com a transição capitalista, o RS não assistiria a uma perpetuação da ideologia da estrutura imperial. Ocorreu, sim, uma mudança institucional radical, manifestada pela Guerra de 1893.²⁹ Uma mudança no sistema de idéias de pensar a sociedade sul-rio-grandense, sobretudo uma mudança na forma de dominação, diversa da conduta oligárquica do Império, fez-se com uma reestruturação burocrática radical.³⁰

²⁸ O projeto artiguista, influenciado em grande medida pela Constituição Federal norte-americana, defendia uma Confederação a partir da “*soberania de los pueblos*”. O projeto de Artigas tinha em sua base um princípio autonomista, apontando a defesa de um pluralismo na unidade, que desafiava o centralismo de Buenos Aires (Piccolo, 1998b). Entretanto a adoção da Constituição Federal norte-americana e de leis de direito de propriedade por vários países latino-americanos não conduziria ao mesmo tipo de desenvolvimento que o dos Estados Unidos da América. Como bem lembra North (1995), “(...) embora as regras sejam as mesmas, seus mecanismos de reforço, os caminhos que garantem sua aplicação, as normas de comportamento e os modelos subjetivos de comportamento dos atores, não o são”.

²⁹ “A guerra civil de 1893 foi a reação militar de uma classe proprietária e dominante que desejava recuperar o *status* que possuía antes da revolução política realizada pela vanguarda positivista, que impusera uma nova ordem constitucional. A revolução empreendida por essa vanguarda tinha por objetivo, justamente, mudar a sociedade e a economia gaúchas. Essa guerra foi, então, o conflito entre uma classe que desejava que a sociedade, a economia e a política do Estado permanecessem iguais ao que haviam sido no passado e um grupo voluntarioso de indivíduos que desejavam mudar a sociedade, a economia e a natureza do Estado. Olhando esse evento militar desde a perspectiva de nosso presente, a guerra representou o conflito entre o passado e o futuro da sociedade sul-rio-grandense. Ela foi o ponto de inflexão fundamental, e radical, da história dessa sociedade.” (Targa, 2003).

³⁰ Douglass North (1994) fala do “dilema da mudança institucional”. Mudanças lentas e graduais seriam sabotadas pela criação de “direitos de corrupção” entre a burocracia vigente. A implicação política era que alterações radicais de política devem vir acompanhadas de uma reestruturação radical da burocracia. A infra-estrutura institucional que precisava ser criada exigia um afastamento das organizações sociais, políticas e econômicas centradas

O novo grupo no poder (PRR) tinha uma ideologia burguesa. Caracterizava-se esse novo Governo por eficiência administrativa, moralidade nos negócios públicos, nitidez e transparência das contas regionais, orçamento equilibrado (praticamente em todo o período da República Velha, o orçamento estadual apresentou superávits) e promoção de políticas que visavam ao bem-estar material e ao progresso da sociedade (Targa, 1998). Com isso, o PRR não tinha natureza oligárquica quanto ao seu funcionamento e nem desfrutava de uma rede de relações coronelísticas para garantir a sua reprodução no poder.³¹

Segundo North, inspirado em Thomas Kuhn, a manutenção de uma ideologia depende de sua capacidade de explicar o mundo à sua volta. Foi essencialmente isso que o PRR fez para perpetuar sua ideologia positivista. Diante da crise da pecuária e das charqueadas, o Estado promoveu a diversificação econômica, ganhando argumentos para resistir às demandas de privilégios por parte das classes tradicionais. Ou seja, a ideologia da oligarquia regional não encontrava mais espaço, pois seu sistema de idéias (especialização do boi) não explicava o mundo a sua volta, identificado pelo sucesso da diversificação regional.

Foi na mudança de poder e de transição capitalista que o subsistema do sul mostrou sua debilidade para se transformar. Por que essa região não se

em laços familiares, além da promoção de organizações e instituições que pudessem aparar as inseguranças associadas à extrema interdependência de uma economia de especialização e mercados impecoais. Mudanças bruscas trariam comoção social e política, porque as limitações informais e as percepções ideológicas simplesmente não mudam de repente. Aí está o dilema da mudança institucional. O dilema da mudança institucional, para o Rio Grande do Sul, deu-se pela escolha da mudança radical. Buscou-se a modernização social, política e, conseqüentemente, econômica em detrimento das instituições tradicionais do Império.

³¹ Vejam-se os principais fatores condicionantes da mudança. Sucintamente, o Governo republicano criticava a legislação tributária do Império, baseada no Imposto de Exportação, alegando que os princípios que a regiam eram "antieconômicos". Assim, empossado, após o período conturbado de guerra contra os federalistas, o Partido Republicano, primeiramente, praticou uma reforma tributária no Estado. Foi implantado um projeto decidido a substituir os impostos indiretos por diretos, propondo tributar diretamente a propriedade e não, indiretamente, a produção. Para isso, o PRR substituiu, em grande parte, o Imposto de Exportação pelo Imposto Territorial. Suavizou-se a carga fiscal sobre os agricultores, bem como sobre as formas agrária, comercial e industrial do capital. Assim sendo, a política buscava, principalmente, reduzir a carga fiscal ou isentar de impostos o capital mercantil. O dinamismo da economia regional tendia a se desvincular, progressivamente, da grande propriedade. Além disso, o PRR construiu uma infra-estrutura de transportes, estatizando portos e estradas de ferro, sobretudo para estimular a reprodução ampliada do capital comercial e da classe dos pequenos proprietários e para proteger a indústria nascente (Targa, 2003).

adaptou à nova conjuntura? Para North (1994; 1995), os empresários, em geral, “pesam” as potenciais vantagens de uma reformulação de contratos no arcabouço institucional existente contra o retorno obtido do investimento privado na reforma desse arcabouço. No RS, os empresários da Campanha, sucessivamente, optaram por reformular os contratos no arcabouço institucional existente; mudavam as regras do jogo através de mudanças nas regras formais. Ou seja, a matriz institucional cambiava; todavia a mudança institucional para essa região sempre foi gradual ou incremental, não abrupta ou radical.³² Ou seja, os empresários do sul reformularam a matriz institucional através de leis e normas formais, não alterando a lógica interna produtiva. As guerras contra o Estado regional em 1893 e 1923 tiveram o mesmo sentido da Revolução Farroupilha. Mudar regras formais para maximizar o retorno de suas atividades em detrimento de atitudes produtivas. Assim, no período republicano, os empresários gaúchos da pecuária continuaram tentando reformular contratos ao invés do rearranjo produtivo. A elite regional continuou ligada às suas origens, ligada à sua ideologia, agravando a crise em seu subsistema.

Como bem demonstra Monastério (2002), desde o Império o setor charqueador já era protegido da competição do Prata. Especialmente após a Revolução Federalista, as barreiras tarifárias contra o charque platino foram ampliadas, como mostra o Gráfico 2.

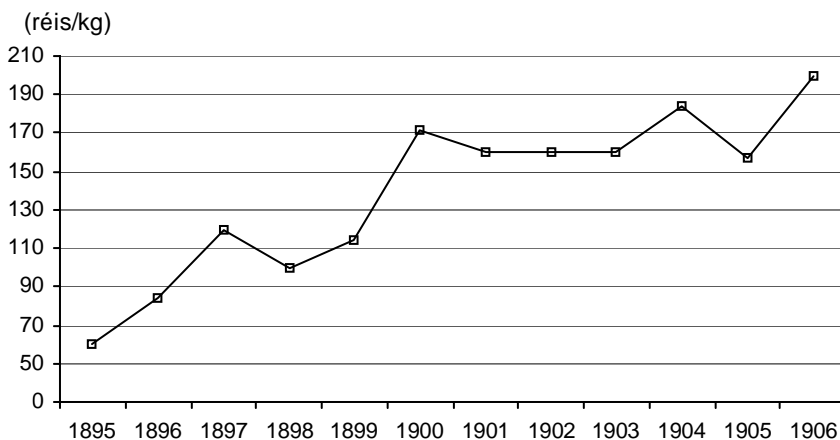
Ao que parece, para a elite empresarial do sul era melhor transferir a questão da mudança institucional para a arena política. Assim, a concorrência externa (mudança em preços relativos) podia até trazer consigo possíveis empresários perdedores no campo econômico, mas estes se utilizavam do artifício político para corrigir suas perdas, alterando a estrutura de preços relativos. Dessa forma, não ocorreu uma mudança radical na tecnologia empregada (instalação de frigoríficos) em razão dos interesses locais. Dessa maneira, a mudança nos

³² Como exemplo, considera-se a concorrência dos saladeiros do Rio da Prata. Estes, ao entrarem no mercado brasileiro, praticavam um preço mais competitivo, desbancando o produto gaúcho. Os empresários (charqueadores) podiam rearranjar a relação insumos-produtos com que trabalhavam. Adotando essa conduta, deveriam os empresários da Campanha desenvolver padrões alternativos de comportamento — no caso, produtivos. Ou seja, poderiam aperfeiçoar o processo produtivo, como, por exemplo, migrar para os frigoríficos (inovação tecnológica radical no início do século XX). Todavia isso não ocorreu. Os empresários do sul preferiam a segunda opção. Mudar a matriz institucional reformulando contratos. Tal conduta já era recorrente no passado, como manifestada na Guerra dos Farrapos (1835-45): reivindicações da classe dominante local junto ao Império. Alegavam o descaso da política imperial em relação à proteção do produto gaúcho. Dez anos de guerra resultaram em um aumento do Imposto de Importação para o charque platino em 25%.

preços relativos (concorrência platina) trouxe consigo uma conduta dos possuidores de recursos econômicos sulistas, que se manifestavam em câmbios políticos e contratuais. Perpetuava a matriz institucional vigente, com ajustes incrementais, pois se podiam alterar os preços relativos, através de tributos ao charque platino de melhor qualidade. Entendendo a dinâmica segundo North (1995, p. 17), mesmo que as normas formais mudassem da noite para o dia, como resultado de decisões políticas, as limitações informais, enraizadas em costumes, tradições e códigos de conduta, eram muito mais resistentes, o que restringia a modernização do setor.³³

Gráfico 2

Taxa de importação sobre o charque no RS — 1895-906



FORNTE: MONASTÉRIO, Leonardo M. **Capital social e a Região Sul do Rio Grande do Sul**. Curitiba: UFPR, 2002. (Tese de doutorado).

³³ Pode-se, também, interpretar essa resistência à mudança da elite gaúcha através do “velho institucionalismo”. Como se viu, alguns autores, como Monastério (2002), retratam a sociedade da Campanha como uma aristocracia local em moldes veblenianos. Para Veblen, a sociedade rica (classe ociosa), muitas vezes, retarda a evolução social, conservando o que é obsoleto e opondo-se à inovação. Também a instituição de uma classe ociosa impede, de imediato, o desenvolvimento cultural mediante a inércia da própria classe e, indiretamente, mediante o sistema de distribuição desigual de riqueza (Veblen, 1965, p. 192). A consequência do “conservantismo” dessa comunidade dá-se porque ela sempre empregará as forças do ambiente para alcançar os objetivos situados pelo modo de vida de acordo com os métodos aprendidos no passado e corporificados nessas instituições.

Assim, permaneceu a pecuária gaúcha sem maiores alterações no momento em que a economia escravocrata se desagregou, e adveio a produção com base na mão-de-obra livre. Foi somente com a instalação dos frigoríficos na segunda década do século XX que se deu a reorganização da indústria da carne. Entretanto a economia pecuária gaúcha revelou-se incapaz de gerar uma acumulação que desse margem a montar, com recursos locais, uma empresa capitalista plenamente configurada, que revolucionasse os meios de produção pecuária. Algumas considerações para essa baixa acumulação da economia pecuária também podem ser encontradas nos elevados custos de transação que esse subsistema apresentava.

Um grupo que fornece matéria-prima (criadores) tenderia a apresentar interesses econômicos diferenciados daquele grupo que industrializa (charqueadores). Assim, dentro da classe pecuarista, dois grupos apresentavam interesses específicos e, muitas vezes, divergentes. Isso fica evidente quando se frustrou o projeto local de implantação de um frigorífico nacional com recursos sul-rio-grandenses. Face à aceleração do processo de decadência do charque, os charqueadores gaúchos procuravam transferir seus prejuízos para os fornecedores de matéria-prima. Em nível externo, o boi achava-se extremamente valorizado, contudo os charqueadores buscavam articular-se e realizar convênios para forçarem o criador a aceitar baixo preço pela matéria-prima oferecida. Tal tática — **conduta oportunista** — serviria para acentuar o conflito já pressentido entre criadores e charqueadores (Pesavento, 1980, p.14-19-97).³⁴ Essa conduta

Isto é, se se aprendeu a resolver problemas através de reivindicações políticas no passado, qualquer mudança institucional no presente será decorrente dessa aprendizagem. Ou seja, de acordo com Veblen (1965), "(...) toda e qualquer mudança nos hábitos de vida e de pensamento [como inovações tecnológicas] é incômoda". A aversão à mudança é, em grande parte, uma aversão ao incômodo de precisar fazer o reajustamento exigido por qualquer determinada mudança.

³⁴ Dentro da economia gaúcha, o estancieiro era o fornecedor de matéria-prima para a charqueada e encontrava-se na dependência dos preços oferecidos pelo grupo charqueador. A alta do preço do gado que interessava ao criador não interessava ao charqueador, que via o preço da matéria-prima aumentar e, com isso, elevar o custo de sua produção. Por outro lado, a economia gaúcha exportadora de charque e couro achava-se na dependência da economia central de exportação brasileira. Assim, os charqueadores tendiam a transferir para o produtor direto — estancieiro — as perdas da baixa do preço do charque no mercado nacional. Outro conflito de interesses da classe pecuarista residia na questão do contrabando. O contrabando prejudicava o charqueador gaúcho, devido à entrada do charque platino no País, mas lhe era conveniente a entrada do gado platino de melhor qualidade e menor preço. Já com isso não concordava o criador gaúcho, na medida em que o rebanho uruguaio viria a concorrer junto à charqueada como matéria-prima que ele oferecia em condições desvantajosas (Pesavento, 1980, p. 39-40).

oportunista dos charqueadores exercia um impacto profundo na dinâmica de acumulação dos criadores, contribuindo para a estagnação do setor.

Dessa forma, agudizaram-se as tensões existentes no interior da classe dominante. Além disso, o conflito entre as duas frações de classe — criadores e charqueadores — somou-se a um terceiro elemento com interesses diferenciados, que foi o frigorífico estrangeiro. Identificava-se uma crise artificialmente criada pelos frigoríficos, pois eles pressionavam os preços do boi para baixo, alegando excesso de oferta. O problema mais associado à questão do mercado e aos maus preços obtidos pelo gado era a noção de que os frigoríficos se aproveitavam da situação e realizavam uma campanha baixista, oferecendo os menores preços possíveis para o rebanho, ou seja, tinham práticas oportunistas, dada a assimetria de informações.³⁵ Para North (1994), o custo de uma transação decorre dos altos custos da informação e do fato de que as partes de uma transação detêm informações de forma assimétrica. Em vista disso, embora os atores criem instituições para estruturar as interações humanas, o resultado será sempre uma certa medida de imperfeição nos mercados. Nesses termos, sempre haverá incentivos à trapaça, aos aproveitadores, etc., o que contribuirá para um mercado imperfeito.³⁶

Mas por que a rigidez institucional não se manifestou no outro subsistema econômico do RS? Com a transição capitalista e a implantação de um novo sistema de idéias no Estado, a Metade Norte pôde legitimar mais facilmente a matriz institucional precedente ao período. Por quê? A ideologia, ou o modelo, proposta pelo Governo republicano não se chocava com as limitações informais (cultura acumulada ao longo do tempo) da sociedade colonial, mas, principalmente, corroborava um sistema econômico já instituído. Dessa forma, a evolução econômica dessa região foi “incentivada”. Não se exigiu que os agentes

³⁵ Veja-se um exemplo de assimetria de informações pela citação: “(...) os frigoríficos, como é natural, guardam ciosamente o segredo de suas operações. Para poderem obter tais lucros se tem estas casas valido até hoje, principalmente, da ignorância de nossos criadores, tanto argentinos, como uruguaios ou brasileiros, sobre as necessidades dos mercados consumidores europeus, sobre os estoques lá existentes, os preços em vigor, etc., para nos impingirem essas ridículas mentiras de que o consumo de carnes frias na Europa tem diminuído muito ultimamente, de que os depósitos estão abarrotados de carnes, de que os preços das carnes baixaram enormemente nos mercados europeus” (Pesavento, 1980, p. 206).

³⁶ Ainda referente às práticas oportunistas do frigorífico, quando havia uma outra forma de aproveitamento da carne, embora obsoleta (charqueada gaúcha), o frigorífico tendia a entrar nesse ramo de negócios e aniquilar a força do concorrente para manter o criador submisso (Pesavento, 1980, p. 207).

desse local modificassem a matriz institucional vigente, mas que a aprofundassem.

A ascensão do subsistema econômico do norte do Estado ocorreu porque suas instituições iam ao encontro da ideologia positivista. É bem certo que, se a nova política praticada pelo PRR não estivesse de pleno acordo com o sistema de idéias dos agentes do norte do Estado, seu desenvolvimento não ocorreria da mesma forma. Todavia tal fato não ocorreu, e a promoção do desenvolvimento da região colonial-imigrante deu-se pela corroboração de práticas produtivas capitalistas, enraizadas (*embedded*) nos valores, nos hábitos e na cultura dos agentes econômicos locais. Assim, pode-se dizer que a matriz institucional do subsistema colonial-imigrante necessitava de um impulso para “deslanchar”, fato que ocorreu com a prática do ideário positivista.

Desenvolveu-se no norte do RS uma economia de mercado interno que influenciou estrategicamente o modo de crescimento econômico do Estado. O câmbio político, a prática do positivismo e as políticas institucionais determinaram transformações econômicas para o estado gaúcho. Essas mudanças estimularam a transformação de recursos produtivos locais, proporcionando, primeiramente, bens para o próprio mercado, caracterizando uma auto-suficiência estadual, e, posteriormente, exportações para as demandas do resto do País. Esse fato histórico é visualizado pela abrangência e pela diversidade de transações do subsistema do norte, que não se limitou apenas ao mercado local, mas, sobretudo, ao estadual e ao nacional, determinando, em boa medida, acumulação de capital necessária ao desenvolvimento industrial regional.

Principais conclusões

A intenção deste artigo é apresentar uma nova abordagem para o entendimento do processo de desequilíbrio regional gaúcho. Encontram-se, na Teoria Institucionalista de Douglass North, alguns fatores, de larga duração, que ajudam a compreender melhor esse problema intrínseco à economia gaúcha.

As informações sintetizadas no Gráfico 1 indicam que, a partir de meados da década de 50 do século XX, se tornou cada vez menor a importância da Metade Sul no âmbito do Rio Grande do Sul e que a Metade Norte do Estado apresentou elevado dinamismo. A conclusão obtida é que o que ocorre no RS, ao lado do processo de desenvolvimento industrial, é uma progressiva ampliação do desequilíbrio ao longo do século XX, na qual participam as áreas mais antigas do RS. Um fenômeno bastante visível é o de que Porto Alegre e a Região Nordeste do Estado tornaram-se as regiões dinâmicas, ao lado de alguns pontos

mais distantes da Região Norte. A Região Sul (Campanha), ao longo de todo o processo de industrialização, parece não ter conseguido integrar-se a tal dinâmica. Em vista dessas indicações, é possível enunciar a hipótese de que apenas uma região do RS conseguiu se vincular ao modelo de industrialização capitalista brasileiro.

Através da teoria institucionalista, acredita-se que se originaram, no RS, dois *path dependences*: um dinâmico e outro não, determinados amplamente pelas **instituições** de cada região presentes no percurso original, que produziram estruturas industriais particulares, capazes de explicar o desequilíbrio regional contemporâneo. Parte-se do princípio de que, durante a República Velha, período em que se materializou o capitalismo no RS, as Metades Norte e Sul consolidaram bases institucionais (econômicas, políticas, ideológicas e culturais) distintas, que se perpetuaram ao longo do século XX, determinando o conseqüente desempenho econômico de ambas e o próprio desenvolvimento industrial regional.

Ambientes institucionais particulares do início do século XX contribuíram para que o eixo Porto Alegre—Caxias do Sul se transformasse no principal centro industrial do Estado e para que a rudimentar indústria das principais cidades da Campanha, ao se inserirem na dinâmica capitalista, demonstrasse retraimento. Entende-se que a região da Campanha gaúcha foi superada porque perdeu uma ocasião histórica decisiva — o processo de industrialização —, em virtude de fatores institucionais internos a essa região. E esse momento histórico só foi aproveitado pelo norte do Estado porque seu ambiente institucional, ao contrário da região ao sul, se mostrou mais versátil e adaptativo frente às nuances da concorrência intercapitalista.

A Região Norte do RS, a partir de fatores que lhe são próprios e que têm raízes no passado, conseguiu formar uma estrutura industrial diversificada e inserir-se no ambiente de concorrência capitalista com um considerável dinamismo. Seus atores locais (instituições e empresários), de posse de traços culturais e de conhecimentos técnico-artesanais, enraizados no ambiente institucional particular a essa região, conseguiram evoluir ao longo do tempo, mesmo diante do contexto de competição (local, regional, nacional e internacional), face a sua inserção na economia de mercado, aprimorando a estrutura industrial original. Seus segmentos industriais somente ganharam impulso com o desenvolvimento industrial pós-guerra do País, porque essa região conseguiu vincular-se ao padrão de acumulação hegemônico nacional, solidificando sua matriz industrial.

Contrariamente a essa situação, a Metade Sul somente conseguiu construir uma malha industrial especializada em poucos artigos, sendo que, muitas ve-

zes, não apresentou níveis consideráveis de competitividade diante da concorrência capitalista externa a sua região, demonstrando baixo dinamismo ao longo do século XX. Desde muito cedo, nos primórdios do século XX, o complexo pecuário-charqueador começou a não mostrar dinamismo, e não houve um processo de inovação, com o surgimento de novas linhas de produção. Seus atores locais não conseguiram se engajar na ótica da dinâmica capitalista, pois apresentavam resistência à inovação. Viu-se, brevemente, que essa resistência da Campanha gaúcha se deve a fatores institucionais próprios a essa região, como as relações de propriedade, culturais, políticas (ideológicas) e os elevados custos de transação, sendo esses fatores os determinantes para sua perda de hegemonia, incompetência industrial e conseqüente inserção constrangedora num ambiente concorrencial capitalista.

A estagnação secular da Metade Sul pode ser melhor compreendida por dois conceitos básicos trabalhados por North: *path dependence* e *lock in*. Segundo North (1995, p. 124), as economias são caracterizadas por serem formadas por mercados imperfeitos, dadas as dificuldades de se compreender um ambiente complexo, e por serem dinâmicas. Também as instituições se caracterizam por apresentar retornos crescentes. Isso significa que, uma vez escolhido um caminho, há a atuação dos mecanismos auto-reforçantes (à la Brian Arthur), que fazem com que a matriz institucional fique *locked in* e seja *path dependence*. Assim, **ainda que as instituições existentes não sejam as mais eficientes para provocar desenvolvimento econômico, se existem retornos institucionais crescentes, a tendência é que elas tenham continuidade**. Nesse sentido, poderá haver mudanças institucionais, mas somente a partir dos arranjos já constituídos, persistindo, ao longo do tempo, a estagnação. Uma vez criadas as instituições, os mecanismos auto-reforçantes fazem com que as economias fiquem *locked in* em determinadas estruturas institucionais, mesmo que estas reforcem atividades improdutivas, impedindo o desenvolvimento de atividades produtivas que melhorem o seu desempenho.

Isso ocorre porque, às vezes, se torna extremamente difícil modificar hábitos e interesses técnicos, financeiros, gerenciais, cognitivos, etc. Assim, as instituições são dependentes de suas trajetórias prévias. O desenvolvimento das instituições apresenta fortes relações com suas configurações passadas e com a estrutura material como um todo. Em função disso, são as instituições que, em grande parte, vão conferir certas particularidades aos vários locais

(Strachman, 2002).³⁷ Se tais mecanismos auto-reforçantes atuam, a história passada das instituições é importante para a determinação da estrutura institucional presente, e esta, por sua vez, influenciará a matriz institucional futura. A ligação do passado com o presente e o futuro é dada pela história e significa que as instituições apresentam características de dependência da trajetória.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica. In: ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo. **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: UNESP/EDUSP, 2001.
- ALONSO, J. A. F.; BANDEIRA, P. S. Considerações metodológicas sobre a divisão regional. In: ALONSO, J. A. F.; BENETTI, M. D.; BANDEIRA, P. S. **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: FEE, 1994.
- ARAÚJO, H. J. V.; FISCHER, L. A. Para ler Raymundo Faoro. In: TARGA, L. R. P. (1998). **Breve inventário de temas do sul**. Porto Alegre. UFRGS/FEE, 1998.
- CARDOSO, F. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. São Paulo: Difusão, 1977.
- COASE, R. H. The nature of the firm. **Economica**, London, T. Fisher Unwin, v. 4, p. 386-405, Nov 1937.
- FONSECA, Pedro C. D. **RS: economia & conflitos políticos na República Velha**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- HERRLEIN JÚNIOR, Ronaldo. **Rio Grande do Sul, 1889-1930: um outro capitalismo no Brasil meridional**. Campinas: IE/UNICAMP, 2000. (Tese de doutorado).

³⁷ Isso leva a crer que cada país ou região aprofunde suas características institucionais, a não ser que ocorra uma tentativa deliberada de transformação institucional, a partir, por exemplo, da percepção de perda de competitividade — na atualidade, principalmente econômica, mas, também, pelo menos em certos casos, militar, sobretudo antigamente — com relação a países concorrentes, ou de revoluções, guerras ou ocupações por outros países (Strachman, 2002, p. 129). Constata-se que isso ocorreu no RS, e essa mudança institucional foi no RS, na República Velha, através da Guerra de 1893, resultado da mudança de ideologia política.

MONASTÉRIO, Leonardo M. **Capital social e a Região Sul do Rio Grande do Sul**. Curitiba: UFPR, 2002. (Tese de doutorado).

NORTH, Douglass. **Desempeño económico en el transcurso de los años**. Estocolmo: (s. n.), 1993. (Conferência de Douglass C. North em Estocolmo, Suécia, 9 de dezembro de 1993, ao receber o Prêmio Nobel de Ciências Econômicas). Disponível em:
<http://www.eumed.net/>

NORTH, Douglass. **Custos de Transação, Instituições e Desempenho Econômico**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1994.

NORTH, Douglass. **Instituciones, cambio institucional y desempeño económico**. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **RS: A economia & o poder nos anos 30**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História da indústria sul-rio-grandense**. Guaíba: Riocell, 1985.

PICCOLO, Helga I. O autoritarismo de Júlio de Castilhos a Getúlio Vargas: a “gauchização” da política brasileira no pós 1930. In: TARGA, L. R. P. **Breve inventário de temas do sul**. Porto Alegre: UFRGS/FEE, 1998a.

PICCOLO, Helga I. O federalismo como projeto político no Rio Grande do Sul. In: TARGA, L. R. P. **Breve inventário de temas do sul**. Porto Alegre: UFRGS/FEE, 1998b.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

STRACHMAN, Eduardo (2002). Instituições: uma caracterização crítica. **Economia**, Belo Horizonte, ANPEC, v. 3, n. 1, p. 113-157, jan./jun. 2002.

TARGA, L. R. P. **Gaúchos e paulistas**: dez escritos de história regional comparada. Porto Alegre: FEE, 1996a.

TARGA, L. R. P. O Rio Grande do Sul: fronteira entre duas formações históricas. In: — **Gaúchos e paulistas**: dez escritos de história regional comparada. Porto Alegre: FEE, 1996b.

TARGA, L. R. P. As diferenças entre o escravismo gaúcho e o das *plantations* do Brasil. In: — **Gaúchos e paulistas**: dez escritos de história regional comparada. Porto Alegre: FEE, 1996c.

TARGA, L. R. P. Violência revolucionária e fundação do Estado burguês. In: —. **Gaúchos e paulistas: dez escritos de história regional comparada**. Porto Alegre: FEE, 1996d.

TARGA, L. R. P.; SILVA, E. N. A exclusão política da oligarquia tradicional gaúcha. IN: JORNADAS DE HISTÓRIA REGIONAL COMPARADA, 1. **Anais...** Porto Alegre, 2000. *CD-Room*.

TARGA, L. R. P. Elites regionais e formas de dominação. In: — **Breve inventário de temas do Sul**. Porto Alegre: UFRGS/FEE, 1998.

TARGA, L. R. P. A fundação do estado burguês no Rio Grande do Sul (1891-1913). In: CONGRESSO DE HISTÓRIA ECONÔMICA DA ABPHE, 5. **Anais...** [s. l.: s. n.], 2003.

URBIM, Carlos. **Os farrapos**. Porto Alegre: Zero Hora, 2003.

VEBLEN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições**. São Paulo: Pioneira, 1965.